

01334-2005-000-03-00-7 MS

Data de Publicação: 10-02-2006
Órgão Julgador: 1a Seção Espec. de Dissídios Individuais
Tema: MANDADO DE SEGURANÇA - CABIMENTO
Relator: Maurício José Godinho Delgado

EMENTA: MANDADO DE SEGURANÇA - SUSPENSÃO DO ANDAMENTO DE AÇÃO CIVIL PÚBLICA PARA AGUARDAR DECISÃO A SER PROFERIDA NO JUÍZO PENAL - EXISTÊNCIA DE DIREITO LÍQUIDO E CERTO À RETOMADA DO ANDAMENTO PROCESSUAL. Fere direito líquido e certo do Impetrante a suspensão do andamento de Ação Civil Pública, para se aguardar decisão a ser proferida no Juízo Penal, com fundamento no art. 935 do CCB, pelo risco de decisões contraditórias. **Se a Ação Civil Pública tem por objeto o ilícito trabalhista praticado pelos empregadores contra seus empregados rurais, o seu desfecho nesta Especializada independe da tipificação do ato como ilícito penal. Ainda que tal se configure, e seja um fundamento relevante para a condenação do juiz, prevalece a regra da independência entre as instâncias penal e trabalhista, cada uma aplicando as regras de sua específica competência. Comprovadas, nos autos, a existência do ilícito trabalhista e a sua autoria, que ensejaram, inclusive, a concessão de liminar, o art. 935 do CCB não tem qualquer aplicabilidade na hipótese.** Outro seria o entendimento se a infração praticada constituísse apenas ilícito penal, cujo desate tivesse de ser aguardado para a aplicação das normas trabalhistas - princípio da comunicabilidade de instâncias (ilustrativamente, art. 482, d, da CLT).